

CAPÍTULO 5

OS MONASTÉRIOS E OS MANUSCRITOS ILUMINADOS NA ALTA IDADE MÉDIA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.647112526025>

Data de aceite: 26/03/2025

Giovanni Bruno Alves

Doutorando – PPH/UEM

Laboratório de Estudos Medievais – LEM

<https://orcid.org/0000-0002-9822-6344>

<http://lattes.cnpq.br/4934310244132600>

Jaime Estevão dos Reis

Departamento de História – DHI/UEM

Programa de Pós-Graduação em História-

PPH/UEM, Mestrado e Doutorado

Profissionais em Ensino de História-

ProfHistória/UEM Coordenador do

Laboratório de Estudos Medievais – LEM

<https://orcid.org/0000-0001-8170-7478>

<http://lattes.cnpq.br/0512479141984737>

INTRODUÇÃO

Os manuscritos iluminados são uma tipologia de fontes históricas característica da Idade Média. São códices escritos à mão que contém imagens no decorrer de suas páginas. Essa configuração teve origem por volta do século IV, no ocaso do Império Romano do Ocidente, e se popularizou nos séculos subsequentes, durante a Alta Idade Média. Nossa objetivo, nesse capítulo, é apresentá-los ao leitor em seu contexto dominante no período: o dos monastérios.

O processo de elaboração de um manuscrito iluminado era complexo, pois era necessária a colaboração de pessoas de diferentes especialidades, como copistas e iluminadores, e até mesmo em função dos elevados custos de financiamento para execução destas obras. Isso significa que a importância e apreço por esses livros justificavam o dispêndio de capital para sua elaboração.

Os manuscritos iluminados possuem uma vasta gama de significados que variam ao longo do tempo, de acordo com seu contexto de produção. Procuramos compreendê-los a partir das relações sociais que envolvem as etapas da sua confecção. Para isso, partimos de sua principal especificidade: a união de imagem, texto e suporte, que resulta em um todo indissociável.

As Iluminuras fazem parte de um amplo grupo, que envolve a maior parte das imagens do medievo. Estas imagens se caracterizam exatamente por não se aterem à condição de *representação*, que denotaria apenas uma dimensão visual.

Pelo contrário, estamos a tratar de imagens que, para além de serem vistas, podem ser tocadas e utilizadas em toda fisicalidade. Denominá-las apenas por *imagem* é insuficiente, negaria parte de sua realidade e essência. Como solução, recorremos ao conceito elaborado por Jérôme Baschet (2008), que comprehende a união da dimensão visual à materialidade, trazida pelas imagens medievais: a *imagem-objeto* (BASCHET, 2008, p. 33-34).

Como *imagem-objeto*, os Manuscritos Iluminados e suas iluminuras existem para satisfazer um sem-número de funcionalidades as quais são atribuídos em seu contexto cultural. Eles estão envolvidos em uma relação dialética, em que são significados por sua realidade sociocultural enquanto contribuem para a significação desta mesma realidade. Para isso, devem se adequar aos papéis que exercem em cada um destes contextos, de acordo com os lugares em que são empregados e com as pessoas que os utilizam.

Desta forma, entendemos os manuscritos iluminados como objetos culturais que moldam a sociedade a partir de sua utilização, da mesma forma como são moldados ao serem utilizados por ela (NOONAN, 2010, p. 19). Com isso em mente, pretendemos, nesse capítulo, abordar a história das funcionalidades¹ e dos papéis cumpridos pelos manuscritos iluminados no Ocidente medieval. Nossa proposta é a de apresentar, de forma geral, como esse tipo de objeto foi utilizado e significado no período privilegiado, para suscitar estudos futuros com objetivos direcionados e aprofundados em torno de tais obras.

OS MANUSCRITOS ILUMINADOS NA IDADE MÉDIA

Como o próprio termo define, manuscritos consistem em livros escritos à mão. Não apresentam um formato definido, pois variam de acordo com as concepções de cada época. Na Antiguidade, de modo geral, eram mais comuns na forma de rolos, e os materiais mais utilizados eram o papiro, o tecido e, mais tarde, o pergaminho. Na Antiguidade Tardia, especificamente, foram gradualmente substituídos, ao menos no Ocidente, pelos códices. O códex é um formato mais familiar ao leitor, característico dos livros físicos na atualidade. Ele consiste na “dobra de uma ou mais páginas costurando-as”² (BENTON, 2009, p. 02). Eram, posteriormente, encapados com madeira ou outros materiais.

Segundo Ruth Kozodoy (1971) os códices passaram a ser feitos antes do século I a.C. Mas os exemplares mais antigos preservados datam do século IV d. C. Neste período de transição, já se observa a prática de sua ilustração. Entretanto, há uma incerteza historiográfica dominada por duas teorias: uma localiza sua origem na Antiguidade Tardia, impulsionada pelo cristianismo; e a outra defende a hipótese de sua invenção em Alexandria durante o período Helenístico (323 a. C. – 30 a. C.), influenciada pela arte egípcia (KOZODOY, 1971, p. 33).

1. Nossa escolha pela noção de “funcionalidades” em detrimento de “função” é baseada nas conclusões obtidas por Pamela Wanessa Godoi e Angelita Visalli (2016) através de sua discussão com Jérôme Baschet. Em seu artigo, as autoras defendem a opção pelo uso do conceito de *funcionalidades* para evitar a unicidade sugerida pela noção de “função”, ligada ao funcionalismo social. As iluminuras não possuíam uma única função ou papel, mas eram múltiplas em suas participações nas relações sociais, sendo assim, é mais adequado falar em *funcionalidades* quando nos referimos aos manuscritos iluminados e suas imagens (GODOI; VISALLI, 2016, p. 140).

2. No original: “by folding one or more pages and sewing them together” (BENTON, 2009, p. 02).

Independentemente dessa polêmica, podemos considerar que os manuscritos foram elaborados durante todo o período medieval. Seu simbolismo, aplicado ao medievo, pode ser explicado pela sensação de luminosidade causada pela utilização de tintas metálicas, ou de metais em si, como ouro e prata, no processo de colorização das figuras neles ilustradas. Foi por conta dessa sensação que, provavelmente, originou-se o termo “iluminados” para designar os manuscritos que as continham (MEGGS; PURVIS, 2009, p. 63). Entretanto, o termo também pode se referir simplesmente à preferência por cores sólidas e bastante vívidas, relacionadas à preferência estética do contexto.

Durante o período de desintegração do Império Romano do Ocidente e a formação dos reinos germânicos, essas iluminações tiveram a sua propagação concomitante à difusão do cristianismo. Os manuscritos eram, em sua quase totalidade, elaborados em monastérios, através do cuidadoso trabalho de monges que dedicavam sua vida para isso (BACKHOUSE, 1999, p. 07).

A produção monástica de manuscritos iluminados definiu as características dessas obras até meados do século XII. Seu processo de elaboração pode ser entendido a partir do estudo de diversos manuais e de alguns manuscritos inacabados presentes em coleções de várias universidades europeias. Raros são os manuais de iluminação anteriores ao século XII. Porém, as técnicas neles difundidas pouco variam no decorrer do tempo. As principais diferenças se dão em relação ao local e às pessoas que os elaboravam (BENTON, 2009, p. 01-02).

A PREPARAÇÃO DO MANUSCRITO: DA PELE AO PERGAMINHO

O iluminador, munido de lâmina e pena, tem, diante de si, um conjunto de folhas de pergaminho, numeradas e preenchidas com espessa tinta preta pelo copista que o precedeu. Nelas, ele pode encontrar indícios para proceder com seus trabalhos, seja no próprio texto que fora copiado à espera de sua interpretação, seja em suas margens com indicações de cores ou figuras para seguir, deixadas pelo copista, que também fornece guias para outras tarefas como a costura das folhas, muitas vezes, pelo uso de palavras-chave que indicam qual seria a próxima página (Figura 1). Essas folhas são, portanto, resultado de um complexo conjunto de relações de trabalho iniciado muito antes do processo de iluminação.



Figura 1: Recorte com a palavra-chave “*ui eum*” no canto inferior direito da página, à esquerda, e texto dos Salmos iniciado com a mesma palavra, à direita.

Fonte: O *Saltério de Luttrell* (f.73r). The British Library, Londres. Disponível em: <http://www.bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=add_ms_42130_fs001ar>. Acesso em: 20 set. 2023.

Após a matança dos animais, geralmente cordeiros ou novilhos, a pele era submetida a um longo e cuidadoso tratamento. Janetta Rebolt Benton resume as etapas necessárias à transformação em *pergaminho*:

Primeiro, a pele é lavada com água corrente, fria e limpa, por um dia e uma noite ou, conforme um conjunto de instruções recomenda, até que esteja “suficientemente limpa”. Depois, a pele úmida é colocada ao sol. Outra maneira possível é a de encharcar a pele em um tanque com cal e água por um período de três a dez dias. Durante este tempo, várias vezes ao dia, se mistura a solução com um cabo de madeira. A pele é removida dessa solução e o pelo é removido. Ela é então revirada e qualquer carne remanescente é retirada. Depois, é lavada com água fresca por dois dias para remover o cal. Ela é então esticada em uma estrutura de madeira, mantida úmida com água quente. Ambos os lados da pele são raspados com uma *lunellum* que, como o nome sugere, é uma ferramenta com o formato de uma crescente. A pele encolhe conforme seca e então é novamente esticada. Quando se alcança um ponto suficientemente suave, fino e regular, a pele é novamente molhada e então esfregada com uma pedra-pomes para suavizá-la ainda mais (BENTON, 2009, p. 3, tradução nossa)³.

Esse material era, portanto, um item de luxo. O número de animais utilizados para a sua produção era determinado pelo tamanho do livro, podendo chegar a quatrocentos para a iluminação de apenas um manuscrito. O valor dos materiais utilizados na elaboração conferia à criação uma aura como objeto de status e poder em todo o período medieval (BENTON, 2009, p. 03).

3. No original: “First, the skin is washed in cold, clear, running water for one day and one night or, as one set of instructions says, until it is “clean enough.” Next, the damp skin is placed in the sun. Alternatively, it may be soaked in a vat of lime and water for three to ten days, and stirred several times each day with a wooden pole. The skin is removed from this solution and the fur is pulled, rubbed, and scraped away. The skin is turned over and any remaining bits of flesh are scraped away. This procedure is followed by rinsing the skin for two days in fresh water to remove the lime. The skin is then stretched taut on a wooden frame and is kept wet with hot water. Both sides of the skin are scraped with a lunellum, which, as the name suggests, is a tool shaped like a crescent. The skin shrinks as it dries, and is thus stretched tighter. When a smooth, thin, even surface has been achieved, the skin is again wetted and then rubbed with pumice to further smooth it” (BENTON, 2009, p. 03).

O copista, ao ter contato com o pergaminho, o dobrava em uma *bifólio* que, por sua vez, era agrupada com várias outras para formar o *caderno*⁴. O *caderno* era a unidade básica em torno da qual se organizava o trabalho no manuscrito. É com base nos *cadernos* que seu valor comercial seria estabelecido posteriormente, já que copistas e iluminadores eram pagos pela quantidade de cadernos que trabalhariam. O valor era, portanto, proporcional ao número de páginas do manuscrito (THOMSON, 2008b, p. 75-79).

A escrita e a demarcação dos espaços da página eram, então, feitas pelo copista que, assim como o iluminador, trabalhava geralmente com a utilização de uma pena (a mais comum, de ganso); uma faca para corrigir erros e apontar a pena; e a tinta. A tinta preta, mais empregada para a escrita, era obtida artificialmente à base de carbono, ou a partir de um processo de preparação da chamada *ferrogálica*⁵, obtida na natureza. Esses ingredientes eram ligados com goma e água, ou outros ligantes, a depender da técnica, resultando na cor. Outras cores poderiam ser utilizadas, especialmente para evidenciar alguma palavra, como no caso do vermelho (BACKHOUSE, 1999, p. 07).

Ao utilizar uma gama mais ou menos variada de pigmentos, que dependia dos recursos disponibilizados pelo patrono do manuscrito, o iluminador, em seu *scriptorium*⁶, desenvolvia seu trabalho a partir de uma divisão de estágios. Lembramos que ele trabalhava com *cadernos* soltos, e, algumas vezes, não tinha acesso ao manuscrito completo, especialmente, com a maior divisão do trabalho característica da Baixa Idade Média⁷. Por isso, é comum que ocorra de a iluminação apresentar algumas diferenças de uma página para outra. O que não a impede de entreter, de forma esporádica, relações com o texto que a acompanha. Conforme ressaltam Denise L. Despres e Kathryn Kerby-Fulton (1999), o iluminador é, também, um leitor que está a interpretar o texto já presente no manuscrito (DESPRES; KERBY-FULTON, 1999, p. 02).

O trabalho do iluminador era, portanto, uma das últimas fases do processo de confecção do manuscrito, finalizado com a encadernação. Ele é, também, reinterpretação tardia do livro e de sua estruturação interna antes que ele seja finalizado. Essa organização do trabalho é perceptível, entre outros elementos, pelas iniciais adornadas, a partir do que Janetta Benton (2009) denomina *hierarquia do ornamento*, em que, basicamente, “[...] a extensão da ornamentação variava dependendo da posição que a inicial ocupava: fosse o início de um capítulo, uma divisão de capítulos, ou uma subdivisão”⁸ (BENTON, 2009, p. 07, tradução nossa).

4. A quantidade de bifólios reunidas para cada caderno variava de manuscrito para manuscrito e, por vezes, no interior de um mesmo manuscrito.

5. Tinta produzida a partir do sulfato ferroso e do ácido tântico.

6. Local em que monges copistas ou trabalhadores pagos escreviam, também podia ser utilizado para outras atividades na confecção do manuscrito, como a iluminação. No caso dos Scriptorium monásticos, os monges transmitiam seu estilo pelas gerações, e paravam quando se acreditasse que a comunidade possuía livros suficientes, tornando o estilo de cada localidade distinto (THOMSON, 2008b, p. 141).

7. Em decorrência da urbanização da confecção de manuscritos iluminados e do advento das corporações de ofício, dedicadas a tarefas específicas, cada qual com exigências variadas para a sua correta execução.

8. No original: “[...] the amount of embellishment varied depending on whether the initial marked a new chapter, a chapter division, or a subdivision” (BENTON, 2009, p. 07).

O que procuramos evidenciar com essa discussão acerca da elaboração dos manuscritos iluminados é que sua produção se desenvolve em diversas fases, nas quais envolve vários indivíduos e, consequentemente, resulta na grande complexidade de sua organização interna. Desde a preparação do pergaminho até a escrita do texto e a iluminação: cada estágio é ressignificado e envolvia novos sentidos, ao mesmo tempo em que estavam sujeitos à disponibilidade de materiais e recursos financeiros para a sua finalização.

OS MONASTÉRIOS E SEUS MANUSCRITOS

No Ocidente, os primeiros exemplares de Manuscritos Iluminados foram elaborados por monges. Até o século XII, os monastérios eram os centros de produção e utilização destas obras nos rituais de devoção. No entanto, em suas origens, a relação dos monastérios com manuscritos em geral não era observável. Ao estabelecer-se no Ocidente por volta do século IV d.C., o monacato primitivo tinha duas constantes cabíveis de generalização: uma forte heterogeneidade de regras e costumes, comparável à desintegração política resultante da crise enfrentada pelo Império Romano (COLOMBÁS, 2004, p. 212); e a ideia da fuga das cidades em direção ao retiro solitário, que culmina em uma marginalidade política e social dessas instituições, o que caracteriza a própria etimologia do termo *monge* que, segundo Lester Little (2017), remete à raiz grega do termo “só” (LITTLE, 2017, p. 256).

O monasticismo ocidental teve sua origem em uma mescla entre a influência oriental e a prática não organizada na região ocidental do Império Romano, após o segundo século do cristianismo. O surgimento do monasticismo como fenômeno no Oriente se deu, de acordo com Juliana Salgado Raffaeli (2019) no Egito, entre os séculos III e IV⁹, ligado à popularização de práticas ascetas em todo o Império Romano. No século IV, já é possível observar uma sistematização do monasticismo no Egito, com a distinção de duas formas monásticas dicotômicas: o *eremitismo* e o *cenobitismo*:

A vida monástica principiada no Egito do século IV, antes de ser registrada de forma ordenada no Ocidente, já apresentava diversas modalidades, entre o isolamento e a comunidade. Por meio de deslocamentos e exílios de religiosos, de ambas as direções, o conhecimento monástico oriental sistematizado chegou ao mundo ocidental e foi se mesclando paulatinamente às manifestações ascéticas locais pré-existentes e às necessidades do seu novo contexto. Em geral, duas formas monásticas são apresentadas de modo dicotônico e contraposto quando tratamos de monacato inicial: o eremitismo e o cenobitismo. O eremita, também chamado de anacoreta, era associado ao ascetismo em isolamento ou reclusão e o cenobita era atrelado aos ascetas que viviam seu ascetismo comunitariamente (RAFFAELI, 2019, p. 54).

9. Uma das obras mais relevantes neste contexto foi a *A Vida e Conduta de Santo Antão*, de Atanásio de Alexandria (s. IV). Segundo Bruno Uchoa Borgongino (2011), o trabalho de Atanásio estabeleceu Santo Antão como a referência para um monge no período, baseada em seu “exemplo de conduta ascética no qual o afastamento do mundo e dos desejos carnais seria necessário à dedicação exclusiva à contemplação do sagrado” (BORGONGINO, 2011, p. 84).

No Ocidente, as comunidades cenobitas eram menos rigorosas em questões como o isolamento e a renúncia do mundo, presentes no monasticismo egípcio em seus primórdios. Entretanto, seu principal objetivo permanecia na contemplação do divino e, para atingi-la, sacrifícios eram necessários. Bruno Borgongino identifica uma influência do Estoicismo na importância da ascese para a “libertação da alma da tirania do corpo”, assim, o “sofrimento corpóreo, combinado com o distanciamento mundano (mesmo que não total) possibilitavam a dedicação ao divino e, consequentemente, fundamentaram o modo de vida dos monges neste contexto inicial (BORGONGINO, 2011, p. 85-86).

Não há uma produção considerável de manuscritos iluminados nos primeiros séculos do monacato cristão. Eles só viriam a se tornar proeminentes na cultura monástica séculos mais tarde, a partir do domínio dos Carolíngios, no período que Lester Little denomina por “Idade de ouro do monasticismo ocidental” entre os séculos VIII e XII (LITTLE, 2017, p. 256). Antes, devemos alterar nosso enfoque geográfico. Nas Ilhas Britânicas e, especialmente, na Hibernia (atual Irlanda), houve um considerável desenvolvimento dos monastérios e, consequentemente, da produção monástica de manuscritos iluminados após o século V.

O desenvolvimento dos primeiros monastérios nessa região, se deu de forma bastante rápida e sólida. Isso ocorreu, especialmente, por conta da natureza particular do cristianismo na região, caracterizado por sua centralidade no monasticismo. A Igreja monástica¹⁰ teria sido formada a partir da chegada de monges primeiramente na Hibernia por volta do século V¹¹, levada posteriormente para Ilhas ao norte da Grã-Bretanha, em especial, para a Nortúmbria (COLOMBÁS, 2004, p. 298-299).

Foi no monasticismo de rito irlandês que ocorreu o primeiro grande movimento de confecção de manuscritos iluminados no Ocidente cristão. Conforme ressaltam Phillip B. Meggs e Alston W. Purvis (2009), os monastérios da Nortúmbria, como Lindisfarne e Jarrow, se destacaram pelos livros que produziram durante os séculos VII e VIII (Figura 2). Esses manuscritos demonstram a forte influência da cultura celta no cristianismo proveniente da Irlanda, que resultou uma identidade visual bastante definida regionalmente. E é nessa corrente que encontramos a grande utilização de iniciais ornamentadas, que ocupam amplos espaços nas páginas, e o uso de padrões entrelaçados que traziam à tona o valor semântico do ornamental¹² (MEGGS; PURVIS, 2009, p.67-68) (Figura 3).

10. Termo utilizado por autores como Lester Little (2017) e García Colombás (2004) para referenciar a centralidade do monasticismo na religiosidade cristã da Irlanda e, posteriormente, do norte da Grã-Bretanha.

11. García Colombás defende que a chegada do cristianismo na Hibernia, que originou o caráter particular do rito cristão, teria sido anterior aos eventos narrados pelas lendas de São Patrício (século V). Com base nas características do cristianismo apresentado pelo próprio São Patrício em sua *Confissão*, García Colombás demonstra que, ao contrário de ter convertido toda a ilha, conforme afirmava o Santo, ele teria influenciado um território em específico: Uí Néill, ao norte dela. Isso se dá porque o cristianismo trazido por São Patrício era de tradição continental e gálica, o que a diferenciava da tradição que se desenvolveu nas outras regiões da Irlanda e que, segundo Colombás, já estava nelas presente quando da chegada de São Patrício (COLOMBÁS, 2004, p. 296-297).

12. Para uma discussão acerca do conceito de ornamental pensado para a arte medieval, ver BONNE, Jean-Claude. Formes et fonction de l'ornamental dans l'art médiéval (VIII^o - XII^o siècle). Le modèle insulaire. In: BASCHET, Jérôme; SCHMITT, Jean-Claude. L'IMAGE: Fonctions et usages des images dans l'Ocident médiéval. Paris: Le Léopard d'Or, 1996a. p. 207-250. v. 5.



Figura 2: Centros culturais no Norte da Grã-Bretanha durante a Alta Idade Média.

Fonte: English Heritage. Disponível em: <https://www.english-heritage.org.uk/siteassets/home/visit/places-to-visit/lindisfarne-priory/history/lindisfarne-map-north-britain.jpg>. Acesso em: 05 de fev. de 2023.

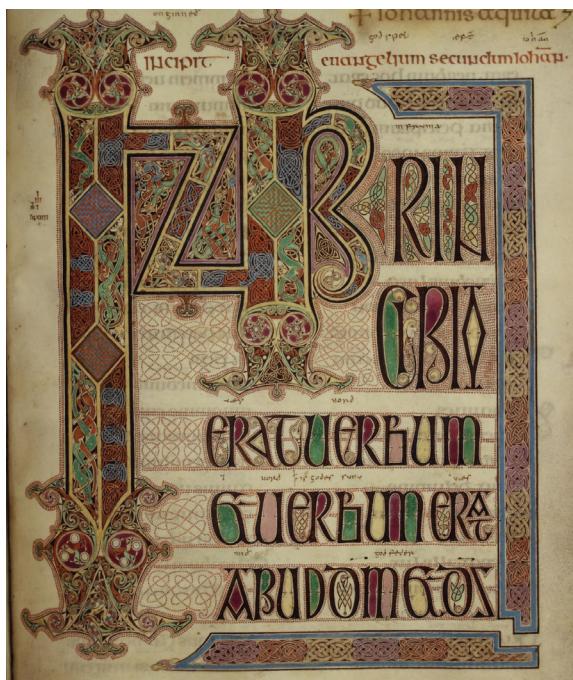


Figura 3: Iniciais ornamentadas no Evangelho segundo São João.

Fonte: Lindisfarne Gospels (Lindisfarne, c.710, f.211r), Cotton MS Nero D IV, British Library, Londres. Disponível em: bl.uk/manuscripts/Viewer.aspx?ref=cotton_ms_nero_d_iv_fs001r. Acesso em: 11 de jun. de 2023.

É possível notar, na imagem acima, a utilização dos complexos padrões entrelaçados na ornamentação da página, característicos da influência do cristianismo irlandês sobre a produção visual cristã nos manuscritos nortumbrianos. O trabalho com uma multiplicidade de cores para enaltecer o texto escrito corrobora com a utilização de recursos dispendiosos para a elaboração do Evangelíario de Lindisfarne, feitos no mosteiro insular de Lindisfarne, próximo à Northumbria. Além disso, essa ornamentação apresenta a hierarquia mencionada por Janetta Benton (BENTON, 2009, p. 07), em que o seu trabalho com cores e com as diferentes dimensões de seus elementos indicam o início de uma seção do texto: nesse caso, o Evangelho de São João.

É relevante que os livros escolhidos para serem copiados e iluminados nesse momento são fundamentais para o cristianismo. Todos provêm da Bíblia. Os Evangelhos são temas não somente do Evangelíario de Lindisfarne, como também do Livro de Durrow¹³ (século VII), e do Livro de Kells¹⁴ (séculos VIII-IX), outros célebres exemplos da mesma corrente. Tal tendência é condizente com o principal foco do monasticismo primitivo: manter um contato constante e regular com Deus, seja através da oração ou da leitura de Sua palavra (COLOMBÁS, 2004, p. 545). Assim, os evangelhos são copiados, essencialmente, pela necessidade imposta pela vida monástica. A sua iluminação, como *imagem-objeto*, tem a função primordial de adequar o seu suporte às práticas sociais protagonizadas pelos Evangelhos no ambiente monástico, regido nesse caso pelo rito irlandês ou celta.

Com as invasões vikings, que afetaram especialmente os monastérios, o movimento de iluminação nas ilhas britânicas foi profundamente impactado¹⁵. Entretanto, algumas de suas marcas foram absorvidas no continente, principalmente, com o estabelecimento do Império Carolíngio e o movimento cultural estabelecido por Carlos Magno (742–814), sob comando de Alcuíno de York (735-804)¹⁶, sacerdote de origem northumbriana. Houve a

13. O *Livro de Durrow* é um manuscrito iluminado feito por volta de 650-700 d.C. no monastério de Durrow, atual Irlanda. Seu conteúdo escrito compreende os quatro Evangelhos. Além disso, seis de suas páginas são inteiramente preenchidas com motivos abstratos. O manuscrito está em posse da biblioteca do *Trinity College Dublin*. Mais informações podem ser acessadas em sua exposição online: <<https://www.tcd.ie/library/exhibitions/durrow/>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

14. Assim como o *Livro de Durrow*, o *Livro de Kells* (IE TCD MS 58) contém os quatro Evangelhos baseados na Vulgata de São Jerônimo, cada um com um prefácio adicionado no momento de cópia. Como outros livros desse contexto, sua datação e a determinação de seu local de origem são objeto de debate entre os historiadores. Atualmente, o manuscrito é atribuído ao monastério de Iona, na atual Escócia, mas há a possibilidade de ter sido pelo menos parcialmente iluminado na região norte da Northúmbria. Ele é datado por volta do ano 800, mas uma maior definição ainda não foi possível. O *Livro de Kells* está disponível na íntegra no site do *Trinity College Dublin*, instituição que detém o exemplar original. Para mais informações: <digitalcollections.tcd.ie/collections/ks65hc20t?locale=en>. Acesso em: 27 mar. 2021.

15. O conceito de *Era Viking* é utilizado pela historiografia em geral para se referir ao período entre os séculos VIII e XI, em que populações da Escandinávia atuam, seja através de comércio, invasões ou povoamento em todo o ocidente europeu. Sua primeira fase, mais especificamente, se caracteriza por incursões hostis nas regiões da Grã-Bretanha e no norte da França, com um processo subsequente de colonização destas regiões. O marco comumente utilizado para delimitar o início deste período foi o da invasão do monastério de Lindisfarne em 793 (LANGER, 2017, p. 212, 216). Ainda que, atualmente, este marco inicial seja debatido, ele demonstra a relevância dos monastérios (inclusive, como no caso de Lindisfarne, ativos na produção pioneira de manuscritos iluminados) como alvos especialmente afetados pelos ataques.

16. Alcuíno, nascido na região de York (Nortúmbria), encontrou Carlos Magno quando retornava de sua viagem à Roma, em 781. Foi por ele convidado a comandar a sua escola palaciana, o que Alcuíno aceitou, passando a viver o restante de sua vida no continente (com exceção de breves visitas à sua terra natal). Em seus últimos anos de vida ocupou a posição de abade do monastério de Tours. Como tal, Alcuíno foi o principal conselheiro de Carlos Magno em assuntos eclesiásticos e educacionais, sendo, de acordo com Stanley Greenfield e Daniel Calder (1986) “[...] o arquiteto do “Renascimento Carolíngio”” (CALDER; GREENFIELD, 1986, p. 22-23).

preocupação em uniformizar a produção de manuscritos nos monastérios do vasto território, até então bastante multiforme. Para isso, entre outras coisas, buscou-se uma padronização da escrita com a introdução das minúsculas carolíngias (Figura 4): uma tipografia que facilitaria e agilizaria o ato de escrever, além de outros padrões de trabalho (BACKHOUSE, 1999, p. 12).

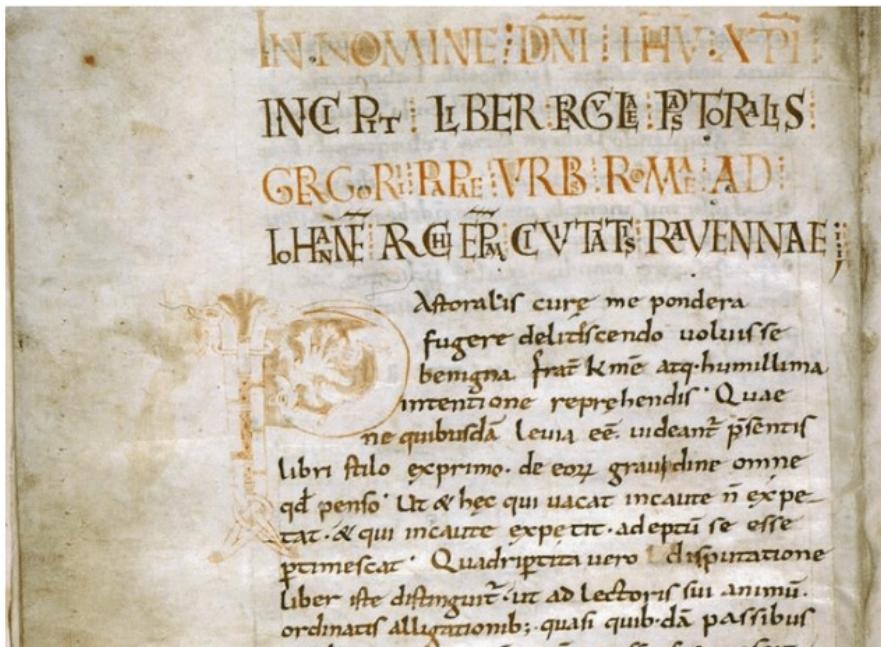


Figura 4: Uso das minúsculas carolíngias na parte inferior da página em uma cópia da *Regula Pastoralis* de Gregório Magno feita na França, século X

Fonte: Angers, BM, 0193 (0185) (f.3v). Disponível em: <<http://initiale.irht.cnrs.fr/codex/5474>>. Acesso em: 05 de fev. de 2021.

Luís, o Piedoso (778-840), filho de Carlos Magno, deu continuidade à política cultural de seu pai. O Imperador elegeu uma regra monástica que, a partir de então, deveria ser obedecida em todos os monastérios do Império: a *Regra de São Bento*¹⁷.

Poucas dessas medidas sobreviveram à posterior desintegração do Império Carolíngio. No entanto, elas demonstram o contato que se estabelece entre o continente e as ilhas britânicas no âmbito da produção de Manuscritos Iluminados e uma nova fase no monasticismo ocidental.

17. São Bento de Núrsia (c. 490 - c. 547) foi o fundador da abadia de Monte Cassino, próxima a Roma, em que viveu ao lado de seus discípulos uma vida baseada em profundo ascetismo de 530 até a sua morte, por volta de 547. Foi neste mesmo período que compôs uma regra de convivência para a vida monástica baseada em suas próprias experiências, visando uma menor exigência se comparada aos ascetas primitivos em questões do cotidiano, como a permissão de vinho e trabalho regrados. Esse texto teve forte influência sobre a vida monástica de todo o ocidente medieval, sendo impulsionado pelo papa Gregório Magno e pelo Imperador Luís, o Piedoso (VAUCHEZ, 2013, p. 29-32).

CLUNY E A CENTRALIZAÇÃO MONÁSTICA

No início do século X, fundou-se uma abadia em Cluny, na região francesa do Maconnais. Cluny, como ficou conhecida, foi o próximo passo rumo à unificação das regras monásticas no Ocidente. Do século X até seu auge, na virada entre os séculos XI e XII, a abadia tornou-se o centro de uma congregação de monastérios que compreendia um vasto território no continente. Todos seguiam, a partir de então, a mesma regra monástica: a Regra de São Bento. Gert Melville (2016) ressalta que a influência de Cluny expandiu-se para além de sua própria região, em locais como “[...] na Itália, na Lotaríngia, na Inglaterra, na Normandia, na França, na Aquitânia, na Gascunha, na Provença, e na Espanha”¹⁸ (MELVILE, 2016, p. 102).

A extensão geográfica controlada por Cluny se refletia também em seu crescente poderio político. No auge, vários papas de origem cluniaciense foram eleitos¹⁹, e converteram seu poder em favor de sua antiga casa. Outro fator a ser considerado é o de que o recrutamento dos irmãos dos monastérios se dava geralmente entre a aristocracia, que, costumeiramente, enviava seus filhos mais novos em troca de favor espiritual e político da Congregação. Um terceiro fator deve-se ao fato de que os monges cluniacienses detinham, na prática, o “monopólio da oração”²⁰, conforme expõe Lester Little. Toda a sua vida cotidiana se baseava no princípio fundador do modelo monástico de Cluny: a regularidade das celebrações litúrgicas, entendida como essencial para a salvação de toda a sociedade (LITLLE, 2017, p. 263-266).

Essa regularidade só seria possível com uma rígida organização da rotina dos monges. A Regra de São Bento oferecia esta disciplina ao definir as *sete horas canônicas* a serem seguidas pelos irmãos. John North (2007) aponta que os horários dedicados a cada hora variavam um pouco entre as regiões, especialmente por questões relativas às estações do ano e os diferentes horários para o amanhecer e anoitecer. Ainda assim, as sete horas eram definidas e seguidas em todas as regiões (NORTH, 2007, p.208). De acordo com a Regra, as horas são definidas da seguinte forma: “Diz o Profeta: ‘Louvei-vos sete vezes por dia’. Assim, também nós realizaremos esse sagrado número, se, por ocasião das Matinas, Prima, Terça, Sexta, Noa, Vésperas e Completas, cumprirmos os deveres da nossa servidão” (REGRA DE SÃO BENTO, 1992, p. 63).

18. No original: “[...] in Italy, in Lotharingia, in England, in Normandy, in Francia, in Aquitaine, in Gascony, in Provence, and in Spain” (MELVILE, 2016, p. 102).

19. É o caso dos papas Gregório VII (1073-1085); Urbano II (1088-1099); e Pascoal II (1099-1118).

20. Lester Little refere-se, neste ponto, à posição do clero na organização teórica da sociedade em três diferentes ordens, sustentada pela própria igreja a partir do século X. Georges Duby (1993) apresenta essa idealização social em seu livro *Guerreiros e Camponeses*. As três ordens seriam compostas pelos *oratores* (aqueles que oram), os *bellatores* (aqueles que guerreiam) e os *laboratores* (aqueles que trabalham). O autor considera o clero como a mais poderosa das três. A eles fica relegada a imprescindível função de assegurar a salvação da alma dos membros das outras ordens, que devem sustentá-los (*laboratores*) e defendê-los (*bellatores*). Ou seja, sua posição permite a recepção incessante de dádivas, riquezas e poder, em troca da tão almejada vida eterna, atrelada à atividade que só o clero poderia exercer: a oração (DUBY, 1978, p. 181;183-184).

Todos esses momentos requisitavam a utilização de livros, idealmente iluminados, pelos monges. Em especial, podemos ressaltar os *Saltérios*, lidos durante todas as horas litúrgicas; *Evangeliários*; *Antífonas*²¹; *Missais*²²; dentre outras tipologias.

O tempo entre as horas litúrgicas, por sua vez, também poderia envolver o contato dos monges com os manuscritos, seja para o trabalho em sua produção ou para a sua leitura meditativa, essencial no cotidiano do monge beneditino (STROUMSA, 2008, p. 70). A importância da leitura se confere no costume do empréstimo anual de livros, detalhado por Clifford Hugh Lawrence (2015):

Em Cluny, o guardião da biblioteca dispunha todos os livros pelo chão da Sala do Capítulo, conforme pedia a Regra [beneditina]. Ele lia, então, uma lista com os livros emprestados no ano anterior, juntamente ao nome daqueles que os emprestaram. Ao ouvir seu nome, cada monge devolvia seu livro e recebia outro. Aqueles que não terminaram a leitura de seus livros tinham de confessar e pedir por perdão pelo erro cometido²³ (LAWRENCE, 2015, p. 105, tradução nossa).

Esta prática corrobora com a constatação de Giovanni Miccoli (1989), de que a obrigação da alfabetização dos monges era uma constante entre os monastérios clunisieses, o que contribuiu com a sua classificação como locais “culturalmente privilegiados” (MICOLLI, 1989, p. 37). E, como a maioria dos recrutados até o século XII eram crianças, muitas vezes a alfabetização poderia se dar no próprio mosteiro, com a utilização de seus livros²⁴ (LAWRENCE, 2015, p. 147).

A preparação de alguns monges desde a infância para exercer a função de copistas permitia que um *scriptorium* existisse por gerações. O trabalho com livros carregava consigo um *status* especial. Este *status* vinha da própria noção de livro como objeto sagrado, especialmente ligada à religiosidade e o envolvimento destes objetos nas atividades sacras exercidas pelos monges. Lester Little afirma que, a partir deste *status*, o processo de produção de manuscritos adquiria, em si, um caráter sagrado (LITTLE, 2017, p. 267). Tarefas como a cópia e a iluminação eram, para além de sua conotação prática, atos espirituais e, portanto, eram perfeitamente justificáveis na rotina do monge que, em tese, deveria sempre estar voltada a Deus.

21. Livros que contém as canções do Ofício Divino (BROWN, 2018, p. 3).

22. Livro que contém os textos necessários para a celebração da Missa (BROWN, 2018, p. 71).

23. No original: “At Cluny, the keeper of the book-store, in accordance with the Rule, had the books laid out on a carpet that was spread on the floor of the chapter-house. A list of the books issued the previous year and their recipients is read out. On hearing his name, each monk hands back his book and receives another. Anyone who has not finished his book confesses his fault and asks pardon” (LAWRENCE, 2015, p. 105).

24. Gerald Dyson (2019) explica como se dá o ensino, geralmente levado a cabo pelo mestre escriba no *scriptorium* monástico: “Os escribas eram provavelmente treinados por um mestre em um *scriptorium*, o ensino começaria pela forma das letras, pelas sílabas e, sem dúvida, pelos aspectos práticos em torno da preparação da pena e da delimitação da página para a escrita [No original: “In a scriptorium, scribes were probably trained by a master who would begin by teaching letterforms, syllables, and no doubt the practicalities of preparing a quill and ruling a page before copying”]” (DYSON, 2019, p.82).

Teófilo²⁵, como ficou conhecido o autor anônimo de um dos mais proeminentes manuais para artífices do século XII, *De Diversis Artibus*, contribui para nossa compreensão do papel do artesão que trabalhava com manuscritos nos monastérios. Teófilo considerava todas as habilidades manuais do artífice como presentes de Deus. Em troca, o trabalho deveria ser voltado à glorificação do Senhor. Se trata, portanto, se uma atividade espiritual:

[...] Que o Homem lute e trabalhe para receber tudo aquilo que Deus o legou como herança. E quando ele tiver conseguido, que não se glorifique por isso, como se fosse seu mérito e não de Outro. Mas que ele agradeça a Deus, de quem e por quem todas as coisas são, e sem o qual nada é²⁶ (THEOPHILUS, 1961, p. 2).

É interessante notar que, ao afirmar que todo o trabalho artesanal deve ser destinado à glória divina, Teófilo permanece fiel ao que se estipula na Regra de São Bento, em que está prevista a punição do monge que tomar para si o prestígio por suas obras. O *status* está atrelado à atividade da iluminação e cópia de manuscritos, e não ao monge artesão:

E se algum dentre eles [artesãos]²⁷ se ensoberbece em vista do conhecimento que tem de sua arte [...] que seja esse tal afastado de sua arte e não volte a ela a não ser que, depois de se ter humilhado, o Abade, porventura, lhe ordene de novo (REGRA DE SÃO BENTO, 1992, p. 121).

Um local especial era reservado no monastério para a realização dessas valorosas tarefas: o *scriptorium*. Este era o “centro nervoso intelectual”²⁸ dos monastérios, em que o conhecimento era reunido e transmitido a partir dos livros ali criados e copiados, conforme ressalta Alison Beach (2000). O *Scriptorium* era substancial para a vida interna no monastério, e constituía o cotidiano de boa parte de seus monges (BEACH, 2000, p. 57).

O principal foco dos monges que trabalhavam no *scriptorium* estava na reprodução de livros necessários para a realização das atividades do monastério, como *antífonas*, *missais* e *lecionários*. Depois, vinha a produção de livros de gramática, com objetivo de fornecer o aprendizado aos novos irmãos (LAWRENCE, 2015, p. 105). Os *scriptoria* mais proeminentes poderiam, por vezes, trabalhar sob encomenda para pedidos exteriores ao monastério, vindos das autoridades do clero secular ou da aristocracia, especialmente durante o século XII (DYSON, 2019, p. 87- 88; 99).

25. Seu nome real é desconhecido, mas, segundo Charles Dodwell (1965), ele era provavelmente um monge beneditino alemão, escrevendo seu tratado por volta do início do século XII (DODWELL, 1965, p. XVII-XIX; XXXIII).

26. No original: “[...] what God has given man as an inheritance, let man strive and work with all eagerness to attain. When this has been attained, let no one glorify himself, as if it were received of himself and not Another, but let him humbly render thanks to God, from Whom and through Whom all things are, and without Whom nothing is” (TEÓFILO, 1965, p. 2).

27. Dom João Evangelista Enout (1992), tradutor da Regra de São Bento, utiliza o termo artista para traduzir a noção de artifex no original. Ele justifica a escolha argumentando que “ainda hoje, um organista, um escultor, um pintor, um músico não podem ser chamados de “artífices”, no entanto, mesmo um marceneiro ou um pedreiro podem ser chamados “artistas”. E o capítulo se refere a todos esses, sem dúvida.” (ENOUT, 1992, p. 198). Entretanto, consideramos tal escolha insuficiente por desconsiderar as especificidades relativas ao conceito de *arte* no medieval. Algo que será aprofundado no terceiro capítulo deste trabalho. No entanto, vale ressaltar que a palavra *ars*, mais próxima ao vocábulo *arte*, significava qualquer trabalho que utilize de habilidades manuais (WOODS, 2012, p. 13), da mesma forma que o contemporâneo termo artista não teria um equivalente exato no período, normalmente se recorrendo, como o faz Enrico Castelnuovo (1989), à categoria de *artesão*, que preferimos utilizar neste trabalho ao nos referirmos ao conjunto de copistas, iluminadores e outros indivíduos atuantes na produção de manuscritos iluminados (CASTELNUOVO, 1989, p. 149).

28. No original: “intellectual nerve center” (BEACH, 2000, p. 57).

Geralmente, tradições de iluminação e escrita iniciadas pelos monges de um *scriptorium* monástico eram levadas por várias gerações na mesma localidade, até que a biblioteca estivesse suficientemente abastecida, que seguia os padrões de cada monastério. Assim, era possível identificar a particularidade de cada monastério, que desenvolvia suas próprias especificidades estilísticas (THOMSON, 2008b, p. 136; 140-141).

A produção de manuscritos iluminados foi, até pelo menos o século XII, caracterizada por uma quase que exclusividade do *scriptorium* monástico. A maior parte do processo, senão todo, era realizada no mesmo monastério. Mesmo as peles de animais, utilizadas para a confecção dos fólios, eram geralmente obtidas do rebanho do monastério em que se localizava o *scriptorium* (BENTON, 2009, p. 07). A preparação da pena e da tinta para a escrita e iluminação era feita pelos próprios monges que realizariam estas atividades (DYSON, 2019, p. 83). Tal protagonismo contribuiu para que os monastérios assumissem uma posição central na cultura do Ocidente neste período.

Mas, para se tornarem os centros de escrita e iluminação de manuscritos entre os séculos VIII e XII, os monastérios contaram com condições e características apropriadas. Como demonstramos, em uma sociedade profundamente fragmentada politicamente, esses locais se beneficiaram de uma rara segurança provida pela centralização em um modelo que ganhava força política e espiritual, enquanto transcendia as frágeis fronteiras seculares: Cluny. Com isso, puderam angariar os recursos materiais necessários para a execução destes custosos empreendimentos, algo difícil fora das terras monásticas, assoladas por conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que os monastérios foram os centros de excelência na elaboração de manuscritos iluminados durante a Alta Idade Média. Isso se deu por um conjunto de condições favoráveis observadas nesses ambientes. Eles se beneficiavam de uma paz e segurança relativas, pouco encontradas no conturbado contexto político da Alta Idade Média. Além disso, os monges tinham como objetivo central de sua vida a leitura ordenada da Bíblia, de forma a manter um contato o mais próximo possível com Deus.

Portanto, condições políticas se aliaram às particularidades culturais que exigiam o uso de livros. Os quais, por sua vez, eram confeccionados com cuidado e a partir de materiais de qualidade e preciosos, para se adequarem aos significados relevantes na religiosidade cristã. Esses materiais eram obtidos nos claustros, possibilitados pela presença de mão-de-obra suficiente, dentre os monges que tinham como prioridade o fornecimento de recursos para seu respectivo monastério.

Nos monastérios, a demanda de livros era grande, e a importância dessas instituições, isto é, seu reconhecimento, dependia da qualidade das obras produzidas. Assim, se justificava não somente a sua feitura para leitura ou aprendizado, mas a sua iluminação para a adequação ao modo de vida monacal e às atividades sagradas.

Concluímos, a partir da discussão apresentada, que os manuscritos iluminados são objetos relevantes para o estudo da cultura visual e das especificidades dos locais associados à sua utilização e elaboração na Alta Idade Média. Apresentamos o contexto que levou à produção e popularização dos manuscritos iluminados como fontes históricas. Fontes, que se tornaram sinônimo de medievalidade no mundo contemporâneo. São várias as possibilidades para historiadores que desejam ir além do texto e investigar os ritos sociais, as práticas cotidianas e a religiosidade que envolve o universo monacal na Alta Idade Média e a produção de manuscritos iluminados.

REFERÊNCIAS

- REGRA DE SÃO BENTO. ENOUT, Dom João Evangelista (Trad.). Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1992.
- THEOPHILUS; DODWELL, C. R. (Trad.). **The Various Arts**. New York: Thomas Nelson and Sons Ltd., 1961.
- BACKHOUSE, Janet. **The Illuminated Manuscript**. London: Phaidon Press, 1999.
- BASCHET, Jérôme. **L'iconographie médiévale**. Paris: Gallimard, 2008.
- BEACH, Alison. Claustration and Collaboration between the Sexes in the Twelfth-Century Scriptorium. In: FARMER, Sharon; ROSENWEIN, Barbara (ed.). **Monks & Nuns, Saints & Outcasts: Religion in Medieval Society**. New York: Cornell University Press, 2000. p. 57-75.
- BENTON, Janetta Rebold. **Materials, methods, and masterpieces of medieval art**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.
- BONNE, Jean-Claude. Formes et fonction de l'ornamental dans l'arte médiéval (VIII^e -XII^e siècle). Le modèle insulaire. In: BASCHET, Jérôme; SCHMITT, Jean-Claude. **L'IMAGE: Fonctions et usages des images dans l'Ocident médiéval**. Paris: Le Léopard d'Or, 1996a. p. 207-250. v. 5.
- BORGONGINO, Bruno Uchoa. O descanso dos monges na Regula Isidori. In: SILVA, Leila Rodrigues da; RAINHA, Rodrigo dos Santos; SILVA, Paulo Duarte (Orgs.). **Organização do Episcopado Ocidental (Séculos IV-VIII)**: Discursos, Estratégias e Normatização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. p. 83-96.
- BROWN, Michelle. **Understanding Illuminated Manuscripts: A Guide to Technical Terms**. Revised Edition. Los Angeles: The J. Paul Getty Museum, 2018.
- CALDER, Daniel; GREENFIELD, Stanley. **A New Critical History of Old English Literature**. New York: New York University Press, 1986.
- CASTELNUOVO, Enrico. O Artista. Em: LE GOFF, Jacques (org.). **O Homem Medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- COLOMBÁS, García. **El monacato primitivo**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- DESPRES, Denise.; KERBY-FULTON, Kathryn. **Iconography and the Professional Reader - The Politics of Book Production in the Douce Piers Plowman**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- DUBY, Georges. **Guerreiros e Camponeses**: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII – XII. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

DYSON, Gerald. **Priests and their Books in Late Anglo-Saxon England**. Woodbridge: The Boydell Press, 2019.

GODOI, Pamela Wanessa; VISALLI, Angelita Marques. Estudos sobre imagens medievais: o caso das iluminuras. **Diálogos**, v.20, n.3, p. 129-144, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33666>>. Acesso em: 31 mar. 2024.

KOZODOY, Ruth. The Origin of Early Christian Book Illumination: The State of the Question. **Gesta**, v. 10, n. 2, p. 33-40, 1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/766584>>. Acesso em: 21 mar. 2024.

LANGER, Johnni. **Dicionário de História e Cultura da Era Viking**. São Paulo: Hedra, 2017.

LAWRENCE, C. **Medieval Monasticism: Forms of Religious Life in Western Europe in the Middle Ages**. New York: Routledge, 2015.

LITTLE, Lester. Monges e Religiosos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Analítico Do Ocidente Medieval**. V.2. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

MEGGS, Philip; PURVIS, Alston. **História do Design Gráfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MELVILLE, Gert. **The World of Medieval Monasticism**. Its History and Forms of Life. Collegeville: Liturgical Press, 2016.

NOONAN, Sarah. **Bodies of Parchment: Representing the Passion and Reading Manuscripts in Late Medieval England**. Washington University: Saint Louis, 2010.

NORTH, John. Monastic Life. In: CLARK, James (Org.). **The Culture of Medieval English Monasticism**. Woodbridge: The Boydell Press, 2007. p. 203-211.

RAFFAELI, Juliana Salgado. **O “monacato em movimento” nos reinos romano-germânicos (séculos VI e VII)**: um estudo comparado das hagiografias de Antonino de Sorrento (555-625), Armando de Maastricht (584-679) e Valério de Bierzo (625-695). Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em História Comparada) – Programa de Pós-graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

STROUMSA, Guy. The Scriptural Movement of Late Antiquity and Christian Monasticism. **Journal of Early Christian Studies**, V. 16, p. 61-77, 2008. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/235179/pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2021.

THOMSON. Monastic and cathedral book production. In: MORGAN, Nigel; THOMSON, Rodney. (orgs.). **The Cambridge History of the Book in Britain: 1100-1400**.

Cambridge: University of Cambridge Press, 2008. v. 2. p. 136-168.

THOMSON, Rodney. Parchment and paper, ruling and ink. In: MORGAN, Nigel; THOMSON, Rodney. (orgs.). **The Cambridge History of the Book in Britain: 1100-1400**. Cambridge: University of Cambridge Press, 2008b. v. 2. p. 75-84.

VAUCHEZ, André. São Bento de Núrsia. Em: LE GOFF, Jacques (org.). **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013. p. 29-32.